

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.380 - SP (2020/0253628-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **RODOVIAS DAS COLINAS S/A**
ADVOGADOS : **CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI - SP121994**
LUIZ FELIPE ROMEIRO GODOY - SP364546
AGRAVADO : **AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS**
DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SAO
PAULO-ARTESP
PROCURADOR : **CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO E OUTRO(S) -**
SP302130

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por RODOVIAS DAS COLINAS S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO ANULATÓRIA. Contrato administrativo de concessão de rodovia. Aplicação de penalidade decorrente do descumprimento de obrigação contratual consistente na conservação especial do pavimento. Hígidez da penalidade aplicada. Termo Aditivo e Modificativo Coletivo 2006/01 que não revogou integralmente o Anexo 11 do Contrato, mas apenas a tabela de penalidades. Validade da cláusula que autoriza a aplicação de multa em razão da ocorrência de infrações em trechos distintos da rodovia. Infração de natureza unitária, não comportando redução proporcional. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido.

Alega violação das Leis n.s 8.666/1993 e 8.987/1995. Afirma que "não foram levadas em consideração as alterações contratuais efetivadas pelo Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 2006/01, que revogou o Anexo 11 do Edital de Licitação e que modificou a sistemática para a aplicação da multa em caso de descumprimento do contrato de concessão" (fl. 1.074).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF uma vez que há indicação genérica de violação de lei federal sem particularizar quais dispositivos teriam sido violados, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: “De outro lado, verifica-se que, embora a parte recorrente tenha indicado violação à MP 2.180-35/01 e à Lei n. 4.414/64, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF”. (AgInt no REsp n. 1.468.671/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 30/3/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.641.118/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020; AgInt no AREsp n. 744.582/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1/6/2020; AgInt no AREsp n. 1.305.693/DF, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 31/3/2020; AgInt no REsp n. 1.475.626/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 4/12/2017; AgRg no AREsp n. 546.951/MT, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 22/9/2015; e REsp n. 1.304.871/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente